

INTERNET E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dagmar Manieri^a

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

As análises de Manuel Castells, em *Redes de indignação e esperança*, cuja publicação, em sua edição original, ocorreu em 2012, faz um amplo balanço sobre os novos movimentos de contestação social do início dos anos 2010. O autor percorre, ao longo de sete capítulos, as revoluções na Islândia e no Egito, bem como os movimentos sociais na Espanha e nos EUA.

Em *Redes de indignação e esperança*, há dois temas que perpassam por toda a obra: primeiro, que os movimentos de 2011 apresentam um conteúdo singular, comparado aos antigos movimentos de contestação social; segundo que as “redes sociais da internet” propiciam uma nova forma de mobilização, denominada por Castells “conectividade”.

O autor apresenta uma ampla pesquisa histórica, detalhando com precisão os principais personagens envolvidos nos acontecimentos de 2011, e isso tudo com uma narração clara sobre as etapas que propiciaram tais eventos. No exemplo da Tunísia, Mohamed Bauazizi surge como herói, vítima do regime do ditador Bem Ali. Observe que Castells procura localizar a importância da internet como uma instância de conectividade contestatória: após a “autoimolação” de Mohamed Bauazizi, “o primo de Mohamed, Ali, registrou o protesto e distribuiu o vídeo pela internet” (CASTELLS, 2013, p. 24, 25).

É nesse contexto que a Islândia se transforma em uma espécie de modelo para os novos movimentos de contestação dos anos 2010. Houve uma forte crise financeira, seguida de uma luta popular por reforma política, e o autor apreende com precisão a insatisfação dos manifestantes. Desde o fim de 2008 (a crise financeira mundial), a Islândia sofre com o endividamento de seus principais bancos. Após a “revolução islandesa”, cria-se o Conselho da Assembleia Constituinte (CAC), composto por 25 membros, todos cidadãos comuns. Nesse Conselho, todo

^a Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto do Colegiado de História (Araguaína) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da disciplina Teoria da História, pelo Programa de Mestrado em Ensino de História (PMEHist) da UFRJ, em Instituição Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

cidadão pode se candidatar: “O CAC buscou a participação de todos os cidadãos via internet” (CASTELLS, 2013, p. 39). Aqui, já se tem um dos méritos da obra de Castells, ao detectar a insuficiência do sistema representativo ocidental. Os novos movimentos sociais mostram que, no sistema representativo atual, há “o confisco da vontade popular por meio da engenharia política”. Daí, em vez de uma “democracia representativa”, os novos movimentos sociais reivindicam uma “democracia participativa”.

Para além da dimensão historiográfica, o autor ensaia uma reflexão de orientação sociológica. Ela se encontra no capítulo 6, “A transformação do mundo na sociedade em rede”. Para Castells (2013, p. 157), os movimentos sociais de 2011 correspondem a uma “ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos”. Esses movimentos são realizados por meio da “emoção”: algum “evento significativo” provocou a indignação dos indivíduos. A pretensão do autor é testar uma nova teoria da revolução:

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional (CASTELLS, 2013, p. 158).

As análises de ordem estrutural e subjetiva ocorrem de forma paralela. Foi o colapso econômico de 2008 que gerou uma “crise de legitimidade” cada vez mais profunda. Daí a conclusão de Castells (2013, p. 158) de que os novos movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político; eles exigem “uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca”. Ou seja, com a crise econômica, os líderes políticos (os “representantes” ideais do povo) procuram salvar a elite bancária da bancarrota, ao mesmo tempo em que acionam medidas de austeridade sobre a população. A crise (e sua “solução”) deixou às claras a falsidade do sistema representativo.

Outra característica dos novos movimentos sociais é que são locais e globais ao mesmo tempo. As imagens veiculadas no “ciberespaço” se espalham com uma velocidade surpreendente. Nessa nova interação, os movimentos expressam uma “profunda consciência da interligação de questões e problemas” da humanidade. Assim, forma-se uma cultura contestatória cosmopolita. Sobre essas imagens veiculadas, Castells as denomina “imagens de mobilização”.

Os movimentos da era da internet rejeitam os partidos políticos, bem como parecem desconfiar dos líderes. Castells afirma que são “movimentos sem liderança”, isso porque os participantes professam uma desconfiança diante de

qualquer forma de delegação de poder. Há, por isso, uma noção de autogoverno: os manifestantes são entendidos, na intersubjetividade, como “companheiros”. O companheirismo ocorre entre indivíduos que não se conheciam (pessoalmente) antes. Há um encontro presencial, com o compartilhamento de alguns valores e emoções.

Outro detalhe é a carência de uma forte ideologia, expressa por um “programa”. Castells (2013, p. 166) afirma que esses movimentos são “raramente programáticos”. Então, ideologia e utopia precisam ser revistos ao estudar esses novos movimentos sociais. Para ele, a utopia desses movimentos implica “autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade”.

Nesse instante, é possível ingressar em alguns pontos mais problemáticos do pensamento de Castells. Ao se referir às crises estruturais, o sociólogo comenta sobre as “falhas” na administração, ao remediarem a crise. Primeiro, as crises estruturais não são previstas; segundo que não se trata de “falha” da elite dirigente, mas de prioridade. A elite política opta por algumas soluções imediatas, segundo o interesse específico da classe dominante (do setor financeiro).

Outra tese, na obra de Castells, é de que os novos movimentos transformam “pessoas em sujeitos de suas próprias vidas”. Mas não se pode afastar a hipótese de que o que se busca nesses novos movimentos é uma nova representação do indivíduo/cidadão. O que está em jogo não é tanto a questão da autonomia (ênfaticada por Castells), mas a transformação do indivíduo (conformista) em um cidadão ativo. A perda de confiança nas instituições atuais – algo que Castells apreende com exatidão – é só a primeira etapa para um novo estágio de reivindicações.

No término da década de 1990, Zygmunt Bauman (com um tom de queixa e indignação) comenta que os cidadãos provavelmente, “vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentam a necessidade de se libertar” (BAUMAN, 2001, p. 27). *Vida em fragmentos* (de 1995) também está repleta de referências aos “cidadãos definidos como consumidores satisfeitos” (BAUMAN, 2011, p. 381). Esse clima de submissão se alterou após 2010. Por isso, Castells parece cair em um erro que leva a outro extremo, ou seja, ao afirmar que esses movimentos promovem a “mudança social”. Mas, pode-se indagar: em que nível? Castells não responde, provavelmente por escrever ainda no calor dos acontecimentos.

Se o grande mérito de Castells em *Redes de indignação e esperança* é ter apreendido os vários detalhes da indignação dos novos movimentos sociais, bem como ressaltado o poder da internet como fator de mobilização social, em contrapartida há a ausência de um pensamento que considera o poder de rearticulação e regeneração da classe dominante, em sua dimensão econômica (elite financeira)

e política (na persistência do modelo de democracia representativa). A Islândia realizou um salto importante ao criar um canal (institucionalizado) para a participação direta do cidadão nos órgãos administrativos. Mas e os outros movimentos? Muitas reivindicações correm o risco de cair no esquecimento, de serem silenciadas pela mídia. As redes sociais necessitam de uma instância de memória que possa funcionar como contrapoder e baliza para as futuras ações contestatórias.

Há uma carência em Castells de uma noção de “democracia manipulada”, portanto. É esta última que, provavelmente, pode cooptar, nos níveis da representação histórica e discursiva, os efeitos dos novos movimentos sociais, neutralizando o poder concreto de contestação à democracia representativa.

Ao término dessa resenha, enfatizam-se os anexos que a obra apresenta ao leitor. Primeiro, um detalhamento (datado) dos fatos mais relevantes dos novos movimentos; segundo, um conjunto de tabelas e quadros, procurando apreender a tendência da opinião pública sobre um conjunto relativamente amplo de elementos da vida social e política dos EUA, como, por exemplo, a confiança nos partidos políticos, a receptividade do *Occupy Wall Street*, etc.

Redes de indignação e esperança, com certeza, é uma das principais obras que procuram entender a natureza dos novos movimentos sociais. De forma diversa da postura intelectual de Zygmunt Bauman, Manuel Castells aposta que esses movimentos sociais, pautados pela interação promovida pela internet, possam gerar uma nova forma de democracia, bem como um novo padrão de rebeldia. Após o tumultuado ano de 2011, ultrapassada a fase dessa primeira corrente contestatória, resta a Castells dar continuidade a suas acuradas reflexões, pesquisando sobre o real alcance desses movimentos sociais na era da internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.